

Deputados pedessistas vão tentar obstrução

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Um grupo de 30 deputados do PDS, liderados pelo deputado Amaral Neto, vai obstruir o pacote econômico do governo para forçar a convocação extraordinária do Congresso durante o recesso parlamentar, que se inicia em 5 de dezembro. O deputado fluminense alega não haver tempo suficiente para o exame da matéria até essa data. Na sua opinião, a tramitação de urgência poderá levar a oposição a ser facilmente "enganada" na sua votação, o que permitiria a aprovação de "alguns absurdos, como o artigo que acaba com o controle acionário da Petrobrás pelo Governo".

Ontem, o deputado fluminense procurou o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e argumentou que assim como foi descoberto "esse absurdo" no pacote econômico do Executivo, poderá haver outro e não ser identificado em função da urgência com que as lideranças da Aliança Democrática querem aprová-lo. O deputado Ulysses Guimarães prometeu ao deputado pedessista que a suposta imperfeição será corrigida, o que poderá levar o governo a retirar o projeto.

Contrário à convocação extraordinária do Congresso, o deputado Ulysses Guimarães, que parte para uma viagem de 20 dias à China no dia 6, concordou com Amaral Neto que não se poderá aprovar o fim do controle acionário da Petrobrás pelo governo.

Amaral Neto não acredita tratar-se de um descuido, pois disse ter ouvido diversos deputados peemedebistas revelarem que o assunto não constava da proposta apresentada pelos ministros Dilson Funaro e João Sayad às bancadas da Aliança Democrática.

O deputado pedessista frisou que a quebra do controle acionário da Petrobrás foi descoberta pelo deputado João Gilberto (PMDB-RS), que a comunicou ao deputado Alberto Goldmann (PMDB-SP). Conforme o parlamentar, o artigo 1º do projeto de lei nº 6.969, um dos três que formam o pacote econômi-

co, revoga o parágrafo único do artigo 60 da Lei nº 4.728, que trata da alienação de ações das sociedades de economia mista. Tal parágrafo dispõe que as transferências de ações de propriedade da União, representativa do capital social da Petrobrás, e de suas subsidiárias em território nacional, reger-se-ão pelo disposto no artigo 11 da Lei nº 2.004, que instituiu o monopólio estatal do petróleo.

"ATO CRIMINOSO"

Ao ser informado de que o governo retirará do Congresso a mensagem que privatiza as estatais, o líder do PDT na Câmara, Nadyr Rossetti, afirmou: "Graças a Deus. Isso se deve à reação dos pequenos partidos e de grande parcela do PMDB contra a tentativa de embutir no pacote, que anunciavam como bom, um ato criminoso contra a economia nacional".

Entretanto, exibindo uma cópia do **Diário Oficial** que circulou ontem, Rossetti estranhou o Decreto nº 91.991, que trata do processo de privatização das empresas sob controle direto ou indireto do governo. Já em vigor, o decreto dá prazo de 45 a 60 dias para a venda de várias empresas, incluindo a Petrobrás Distribuidora e a Petroquisa. "Ora, o decreto antecipa a regulamentação do pacote e essas duas empresas são as mais rentáveis, o verdadeiro filé mignon da Petrobrás", observou.

LEITE

Já o líder do PTB, deputado Gastão Righi, afirmou que o programa de distribuição de leite embutido no pacote não passa de demagogia, pois as crianças carentes são 30 milhões e a produção diária leiteira é de 4 milhões de litros: "Isso não dá para aguentar. Essa é a realidade, e não adianta vender o pacote com essa história de dar leite às crianças", disse.

Righi condenou também a devolução do Imposto de Renda em um a quatro anos, observando que muita gente programou a utilização desse dinheiro, na sua opinião, um verdadeiro confisco: "Isso é mudar a regra do jogo depois do seu término. Atrasam a devolução e ainda querem pagar em quatro anos".